

Parecer nº 112/98

Data: 1998.09.23

Processo nº 433

Reclamantes: Maria Teresa Alves, Jorge Nunes Alves, Miguel Albergaria e José Sá Fernandes

Entidade reclamada: Câmara Municipal da Amadora.

1. Maria Teresa Alves, Jorge Nunes Alves, Miguel Albergaria e José Sá Fernandes vêm reclamar do indeferimento tácito pela Câmara Municipal da Amadora aos requerimentos que apresentaram pedindo a consulta de todos os processos e documentos referentes ao Itinerário Complementar (IC) 17, troço Buraca/Pontinha e ligações complementares, bem assim "certidões e informações referentes à mesma obra".

Os requerimentos foram apresentados à Câmara Municipal «ao abrigo e para os efeitos do artigo 82º do Decreto-Lei nº 267/85, de 16 de Julho (Lei de Processo dos Tribunais Administrativos), mas os reclamantes invocam agora o artigo 16º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (Lei de Acesso aos Documentos Administrativos – LADA). Esta Comissão é competente para pronunciar-se sobre as reclamações do indeferimento expresse ou tácito do direito de acesso apresentadas pelos interessados (artigos 15º/4 e 16º).

2. O direito de acesso reconhecido pela LADA é muito amplo: «Todos têm direito de acesso à informação mediante o acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo» - artigo 7º/1.

O direito de livre acesso aos documentos administrativos é limitado em situações tipificadas pela lei. É o que sucede com os documentos nominativos – os que contenham dados pessoais, ou seja, informações sobre pessoa singular com

apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada artigo 4º/1/b) e c) - cujo acesso é reservado à pessoa a quem os dados respeitem e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal (artigo 7º/2). A classificação temporária de documentos por razões de segurança interna ou externa pode também interditar o acesso ou limitá-lo a autorização (artigo 5º). A lei prevê ainda regimes especiais de acesso (referente a matérias em segredo de justiça, por exemplo, artigo 6º), o diferimento do acesso a documentos constantes de processos não concluídos ou a documentos preparatórios de uma decisão (artigo 7º/5), bem assim a possibilidade da Administração poder recusar o acesso a documentos cuja comunicação ponha em causa segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas (artigo 10º).

3. Os reclamantes pretendem exercer o acesso a todos os documentos referentes ao Itinerário Complementar (IC) 17, troço Buraca/Pontinha e ligações complementares, bem assim certidões e informações referentes à mesma obra.

Trata-se de documentos não nominativos, por não conterem dados pessoais, pelo que é aplicável o princípio geral de acesso (artigo 7º/1). Não integrando processos não concluídos e não sendo qualificados como preparatórios de uma decisão, continuam a reger-se pelo livre acesso, sem possibilidade de diferimento temporário do seu exercício (artigo 7º/5). A Administração também não pode recusar o acesso a documentos cuja comunicação não ponha em causa segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas (artigo 10º).

Resta acrescentar que a Administração deveria responder ao interessado no prazo de 10 dias, comunicando a data, hora e local para obter a consulta, a reprodução ou a certidão requeridas, ou então as razões da recusa do acesso pretendido (artigo 15º/1).

4. Nos termos expostos, esta Comissão delibera emitir parecer favorável à reclamação apresentada por Maria Teresa Alves, Jorge Nunes Alves, Miguel Albergaria e José Sá Fernandes, devendo a Câmara Municipal da Amadora

facultar o direito de acesso aos documentos pretendidos, caso os possua ou deva possuir.

Em cumprimento do artigo 16º/2, remeta-se esta deliberação aos reclamantes e à entidade requerida.

Lisboa, 23 de Setembro de 1998.

José Renato Gonçalves (Relator) - Silva Marques - João Figueiredo - Vasco Almeida - Francisco de Brito - Gameiro dos Santos - Branca do Amaral - João Labescat - Castro Martins (Presidente).